

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.707.722 - PR (2017/0286503-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : MULTIBRA FUNDO DE PENSÃO**  
**RECORRENTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO**  
**ADVOGADO : JULIO CESAR BROTTTO E OUTRO(S) - PR021600**  
**RECORRIDO : LOTHARIO LEVI VILLATORI**  
**ADVOGADOS : GUILHERME FREDERICO TOBIAS DE BUENO GIZZI -**  
**PR076190**  
**JOSÉ CARLOS HORNUNG - PR071654**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial, interposto por MULTIBRA FUNDO DE PENSÃO e outro, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 670/678, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL - APOSENTADORIA PRIVADA - APABA - AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PROPORCIONAL DIFERIDO - RECURSO (1) HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MÚLTIPLO E HSBC FUNDO DE PENSÃO S.A: REQUERIMENTO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INVIABILIDADE - OBJETO PREJUDICADO. RECURSO (2) ESPÓLIO DE LOTHARIO LEVI VILLATORI: PRETENSÃO DE RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO - POSSIBILIDADE - INCIDÊNCIA DAS NORMAS VIGENTES E DO REGIMENTO NO MOMENTO DO PREENCHIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA - BENEFÍCIO QUE SOMENTE PODE SER EXIGIDO QUANDO REUNIDOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS - EX-FUNCIONÁRIO QUE FOI ADMITIDO NO BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A EM DATA ANTERIOR A 04 DE MAIO DE 1977 E QUE SE APOSENTOU PERANTE O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM 2012 - APLICABILIDADE PLENA DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS APABA/2009. PRECEDENTES. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO (1) PREJUDICADO. RECURSO (2) CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls 702/706, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 710/720, e-STJ), a parte recorrente aponta violação dos arts. 1.022, II, do CPC/15.

Sustenta, em síntese: **a)** negativa de prestação jurisdicional, porquanto, ainda que instado a fazê-lo, o Tribunal local não se manifestou acerca 1) da omissão/contradição quanto à concessão do benefício a respeito de qual regulamento seria aplicável: se quando da saída do recorrido da instituição em 2000 ou da data da aposentadoria no INSS quando ele não mais possuía vínculo com a fundação previdenciária; 2) omissão quanto a afirmação de que quando do desligamento do autor

em 2000 não mais subsistia a relação trabalhista ou previdenciária, o que afastaria o Regulamento de 2003, impossibilitando a sua retroação par atingir relação jurídica já extinta; 3) ainda que se considere que a norma vigente quando da saída do Autor do BANCO já lhe garantiria o benefício pretendido (Lei 6.435/1977), haveria então omissão, já que referida norma somente previa o benefício proporcional diferido aos planos custeados também pelos empregados, o que não é o caso dos autos; 4) omissão quanto a ocorrência de julgamento extra petita e, por fim, 5) quanto aos critérios de liquidação julgado.

No mérito aduz ofensa aos arts. 141 e 492 do CPC/15 por existência de julgamento extra petita, 6º, caput, e §1º, da LINDB e 42 da Lei n. 6435/77.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece prosperar parcialmente.

1. Com relação à apontada violação do art. 1022 do CPC/15, aduz a insurgente que o Tribunal de origem incorreu em omissão no que diz respeito a de : a) negativa de prestação jurisdicional, porquanto, ainda que instado a fazê-lo, o Tribunal local não se manifestou acerca 1) da omissão/contradição quanto à concessão do benefício a respeito de qual regulamento seria aplicável: se quando da saída do recorrido da instituição em 2000 ou da data da aposentadoria no INSS quando ele não mais possuía vínculo com a fundação previdenciária; 2) omissão quanto a afirmação de que quando do desligamento do autor em 2000 não mais subsistia a relação trabalhista ou previdenciária, o que afastaria o Regulamento de 2003, impossibilitando a sua retroação par atingir relação jurídica já extinta; 3) ainda que se considere que a norma vigente quando da saída do Autor do BANCO já lhe garantiria o benefício pretendido (Lei 6.435/1977), haveria então omissão, já que referida norma somente previa o benefício proporcional diferido aos planos custeados também pelos empregados, o que não é o caso dos autos; 4) omissão quanto a ocorrência de julgamento extra petita e, por fim, 5) quanto aos critérios de liquidação julgado.

De fato, apesar da provocação por embargos de declaração, apontando os referidos vícios, constata-se que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a matéria suscitada, limitando-se a dizer que se aplicava o regulamento de 2003, sem nada se manifestar acerca do desligamento anterior do beneficiário.

Na forma do art. 1.022 do CPC/15, vigente à época, os embargos de declaração são cabíveis quando existente, no julgado, contradição, omissão ou obscuridade. Existe omissão, quando o órgão jurisdicional deixa de se manifestar sobre os argumentos deduzidos no processo "limitando-se a invocar precedentes ou enunciados de Súmula" (art. 489, § 1º, V, do NCPC).

Dessa forma, assiste razão à recorrente, pois, embora o julgador não esteja obrigado a responder um a um dos argumentos sustentados pela parte postulante, quando fundamente sua decisão, não deve se omitir acerca de pontos essenciais ao bom andamento do processo.

Nesses termos, evidencia-se a ofensa ao art. 1.022 do CPC/15, como alegado pela recorrente.

Consoante entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida a alegada negativa de prestação jurisdicional dos acórdãos que deixam de se manifestar sobre questões relevantes para o deslinde da controvérsia, como ocorre na hipótese *sub judice*.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL**. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. OCORRÊNCIA. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. [...] 2. "*Caracterizado o vício da omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao art. 535 do CPC, anulando-se o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração e determinando-se o retorno dos autos à origem para que seja sanada a eiva apontada*" (REsp n. 1.187.583/RS, Relator o Ministro Castro Meira, julgado em 6/5/2010, DJe 17/5/2010). 3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgRg nos EDcl no REsp 1556587/RN, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/03/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECONHECIMENTO. NULIDADE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**. DECISÃO MANTIDA. 1. A falta de manifestação sobre questão relevante para a solução da causa, mesmo após a oposição de embargos de declaração, qualifica negativa de prestação jurisdicional e violação do art. 535, II, do CPC/1973, vigente ao tempo em que praticados os atos processuais. Precedentes. 2. Reconhecida a violação ao art. 535, II, do CPC/1973, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão dos aclaratórios, determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 951.186/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017) [grifou-se]

Com efeito, deve ser reconhecida a apontada violação ao artigo 1.022 do CPC/15, impondo-se a decretação de nulidade do acórdão que julgou os aclaratórios opostos pela ora recorrente, determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso, a fim de que sejam sanadas as aludidas omissões.

**2.** Do exposto, com fulcro no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **dou parcial provimento** ao recurso especial, para anular o julgamento dos embargos de declaração (fls. 702/706, e-STJ) e determinar o retorno dos autos à origem para que seja proferido um novo julgamento e supridas as omissões apontadas.

Restam prejudicadas as demais matérias arguidas no recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator